Examina criticamente, no primeiro capítulo, o argumento central da sociologia clássica, ou seja, a idéia de que o ator é um sujeito integrado, ou seja um indivíduo socializado em uma determinada sociedade percebida como sistema, como um Estado-nação e um conjunto de instituições. Por essas razões, logo a seguir (no segundo capítulo) Dubet examina o esgotamento da noção de sociedade, resultante de uma determinada forma de apreensão da realidade social, e a conseqüente fragmentação do campo da reflexão sociológica em várias correntes.

Três capítulos constituem o argumento central do livro, onde a noção de experiência é examinada mediante a análise das lógicas de ação que se combinam na experiência social (terceiro capítulo); as relações entre o sistema social e a experiência são examinadas no quarto capítulo; e, finalmente, no quinto, Dubet se detém no trabalho ou atividade do ator, o modo como constrói sua experiência e se constitui como sujeito.

Finalmente o livro examina em seu último capítulo as questões metodológicas, propondo os princípios centrais de uma sociologia da experiência que, segundo suas próprias palavras, "não é somente uma maneira de se ler as condutas sociais, mais um modo de fazer sociologia".

Até recentemente, na reflexão sociológica brasileira, a noção de experiência enriqueceu a compreensão sobre os processos de construção da ação coletiva e dos conflitos sociais, inspirada nos trabalhos de Thompson (*Tradición, revuelta y consciencia de clase*, Barcelona, Critica, 1979) sobre a formação da classe operária inglesa, ressaltando a importância dos elementos culturais na construção de uma prática de classe.

Dubet certamente vem enriquecer esse campo de reflexão ao buscar construir um estatuto sociológico para uma noção que se tem revelado fundamental no estudo das práticas sociais dos sujeitos.

Para os pesquisadores brasileiros que se dedicam à investigação das condutas coletivas ou individuais centradas na construção de sujeitos ou atores, o livro de Dubet oferece elementos importantes para a reflexão contemporânea. Permeando sua análise teórica com ricos exemplos advindos da sua atividade de pesquisa, as referências que faz aos jovens e professores indicam caminhos bastante fecundos para a pesquisa em educação no Brasil.

Marilia Pontes Sposito
Universidade de São Paulo

Jose Luis García Garrido. *Problemas mundiales de la educación. Nuevas perspectivas*. Madri: Dykinson, 1992. 273 p.

José Luis García Garrido, nascido na Espanha, é professor da Universidade Nacional de Educação à Distância. Como especialista em educação comparada ocupa cargos importantes em diferentes associações, tanto em seu país como em outros lugares do mundo. Presta, também, uma colaboração sistemática à UNESCO e a outros organismos internacionais.

O livro *Problemas mundiales de la educación. Nuevas perspectivas*, publicado em 1992, é uma versão revisada e bastante reformulada da obra original, editada pela primeira vez dez anos atrás. "Tal cambio de actitud se debe al interés que han vuelto a provocar en mí los temas capitales de que trata, consecuencia sin duda del interés que, al crepusculo del siglo XX, suscitan también en numerosos países. La última década ha sido particularmente rica en consideraciones de candente actualidad y de indudable proyección futura", diz o prof. García Garrido.

No momento em que reformas educacionais estão em discussão em quase todo o mundo e o debate tende a desenrolar-se independentemente das realidades nacionais e regionais, parece oportuno acompanhar as pesquisas comparadas em educação, tanto pela informação que podem oferecer-nos quanto pela comprensão das singularidades.

Problemas mundiales de la educación... reúne cinco estudos sobre as questões educacionais mais relevantes no panorama mundial contemporâneo, tomando como base a análise comparativa de diferentes sistemas educacionais do Oriente e do Ocidente, de países desenvolvidos e de países do Terceiro Mundo.

Ao longo da obra, fica claro que a sua organização por temas visa mostrar o auxílio que a pesquisa comparada pode prestar na definição de políticas educacionais e no progresso — utilizando as palavras do autor — do sistema institucional. Os temas selecionados são: a gestão do sistema educacional; a qualidade da educação; a formação docente; educação e emprego; o futuro dos sistemas educacionais.

Cada um dos estudos que compõem o livro apresenta uma revisão resumida da evolução do tema em questão, principalmente ao longo dos últimos anos. Nos três primeiros estudos encontramos um análise global. O quarto consiste numa análise das relações entre educação e emprego num conjunto de países selecionados. E o quinto e último capítulo é um estudo de caráter prospectivo e transnacional.

A gestão dos sistemas educacionais. No primeiro capítulo, onde o autor espanhol está interessado no estudo da gestão da educação, o conceito de regionalização constitui a coluna vertebral de sua análise. Entenda-se por regionalização, o processo de descentralização político-territorial que não necessariamente teve sua origem em uma situação prévia de centralização. O conceito de regionalização supõe autonomia e plena responsabilidade de ação no âmbito educacional dos governos regionais e locais, bem como das instituições e comunidades.

Os sistemas educacionais nacionais, lembra-nos o autor, constituem um dos pilares da sociedade industrial e têm sua origem intimamente vinculada ao desenvolvimento do Estado-Nação nos diferentes-países. O problema é que os sistemas educacionais contemporâneos conservam ainda hoje uma certa tendência à nacionalização — ainda que com intensidades diferentes — num momento em que a era industrial e o Estado-nação estariam vivendo suas etapas finais. Afirma o autor: "El Estado-nación constituia y aún constituye, la estructura política que necesitaba un mundo consagrado al progreso industrial, al crecimiento de los núcleos industriales y de las ciudades. Una sociedad distinta — postindustrial o como quiera que se la llame — requeriría estructuras políticas también distintas [...] Um cambio sustancial de rumbo de la sociedad no tiene otro remedio que ocasionar a la vez um cambio de rumbo en la concepción actual de los sistemas educativos".

Por isso, na atualidade se estaria assistindo a um descontentamento generalizado devido à magnitude que os sistemas nacionais de educação foram adquirindo e se questiona tanto sua eficiência como sua tendência a uniformidade, eliminando as diferenças ao privilegiar a cultura nacional e sufocar as culturas locais.

A partir dessas considerações preliminares, a proposta de García Garrido é, nas suas palavras, "...llevar a cabo un recorrido por el planeta en busca de esos sistemas educativos más flexibles, más porosos a las realidades subnacionales que los integran". Para isso realiza uma rápida revisão dos sistemas educacionais centralizados, em seguida daqueles sistemas educacionais que preservam suas tradicionais autonomias e, por último, dos sistemas educacionais que apresentam tendências descentralizadoras.

Para o estudo dos sistemas educacionais centralizados, os países escolhidos pelo autor foram: França; os países da Europa meridional, Itália, Portugal, Grécia; os países herdeiros do centralismo comunista; os países árabes; as novas nações, ou seja, aquelas que obtiveram sua independência ao longo do século XX. Todos esses sistemas educacionais possuem uma estrutura, governo e funcionamento que estão, principalmente, em mãos do poder político e dos órgãos supremos da administração nacional. O caso da França é significativo porque possui, segundo o autor, um modelo de forte centralização educacional acionado num país democrático e onde sua compatibilidade ocorre de fato.

O autor observa, também, que as escolas particulares, tanto na França como na Itália, Grécia e Portugal, produzem um efeito inibidor ao centralismo da gestão do sistema educacional. Segundo García Garrido, ainda que a tendência a uniformizar seja, nesses países, geralmente reforçada pela política de subvenção estatal à iniciativa privada, suas instituições acabam sendo um freio à centralização imperante.

Por sua parte, os regimes comunistas imperantes na Europa oriental até a queda do Muro de Berlim, ainda que estejam num processo de reestruturação do Estado, são, e continuarão sendo durante longo tempo, os herdeiros do centralismo mais acentuado da história contemporânea, segundo o autor. Por isso, dedicará algumas linhas ao comentário do modelo de gestão educacional adotado na maioria desses países e das novas tendências provenientes do atual processo de transição para economias de mercado.

No estudo dos países orientais, encontramos o mundo árabe. Ele está constituído por países situados em diferentes contextos geográficos, mas cuja administração da educação é fortemente centralizada. Nesses países, nos informa o livro, prevalecem estruturas administrativas e pedagógicas bastante parecidas entre si e que se sustentam na centralização das decisões, da administração e do controle de suas instituições. Uma vez mais, o autor destacará a importância da presença da educação particular; neste caso, para aliviar o centralismo do sistema educacional nos países árabes. Como exemplo é citado o caso do Egito, onde existe um sistema paralelo de educação particular islâmica que inclui sua própria universidade e que é sustentado, principalmente, pelas famílias dos alunos.

Por último, o texto faz uma referência geral ao conjunto de países que obtiveram sua independência ao longo do século XX. Essas novas nações têm-se proposto construir sistemas nacionais de educação para ajudar o fortalecimento de sua identidade nacional; porém, o centralismo da

administração educacional é contestado pela diversidade das etnias e das línguas da população. Essa situação obrigou as autoridades de alguns desses países a pensar na necessidade de estratégias de descentralização ou, pelo menos, de desconcentração de funções. Outro aspecto destacado nessa análise é que a política de nacionalização do sistema educacional tem-se dado também naqueles países que independentizaram-se de metrópoles com forte tradição de regionalização em educação. Por exemplo, as ex-colônias britânicas.

Outro grupo de países estudados é aquele que apresenta uma vasta tradição de regionalização na sua gestão educacional. Entre eles, García Garrido vai diferenciar três tipos de regionalização diferentes. Um deles seria o dos países onde os governos dos territórios federados são os responsáveis pela administração de seus sistemas educacionais. Outro, o de países ligados ao Reino Unido, onde as comunidades locais tem uma forte tradição e força de participação junto ao governo central. E, por último, o autor cita o caso dos EUA, onde, além de a educação ser responsabilidade de cada um dos estados-membros, seu governo está em mãos das comunidades locais. García Garrido insiste na eficiência da gestão educacional norte-americana e afirma que a administração educacional desse país poderia ser sintetizada em três palavras: pluralidade, regionalização e democracia.

Antes de finalizar o estudo, o autor se ocupará da análise de um grupo de sistemas educacionais que possuem uma estrutura administrativa centralizada, mas que estão em processo de descentralização. Alguns dos sistemas educacionais considerados pertencem a países organizados em Estados federais. Mas, à diferença de outras federações já analisadas, esses Estados ainda contam com um sistema educacional fortemente centralizado. Em primeiro lugar, são estudadas as formas de gestão da educação formal na Áustria e no Japão. Ambos países, ainda que tenham características bastante diferentes, vem buscando, nos últimos anos, novas maneiras de equilíbrio entre o poder central e os diversos poderes regionais e municipais.

A seguir, são analisados os sistemas educacionais da Bélgica, dos países nórdicos, da América Latina e da Espanha. O caminho para a descentralização da gestão educacional aberto pela Bélgica, depois da Segunda Guerra Mundial, tem sido marcado tanto pelo alto grau de autonomia de seus municípios como pela diversidade religiosa e lingüística de sua população. Os países nórdicos manifestaram, nos últimos quinze anos, uma fase de progressiva descentralização, sustentada, principalmente, pela longa tradição de auto-abastecimento educacional municipal. O caso da América Latina é interessante de ser estudado porque, segundo o autor, é um dos lugares onde mais tem-se falado da necessidade de descentralização para melhorar a qualidade da educação.

Por último, García Garrido dedica um espaço particular ao caso da Espanha, que — segundo ele — representa uma das mais ousadas políticas de descentralização educacional das últimas décadas, não só do cenário europeu mas também universal.

A qualidade da educação. No segundo capítulo da sua obra, García Garrido tentará descobrir até que ponto os sistemas educacionais foram capazes de traduzir em ações concretas seus desejos de qualidade, e em que medida a legislação e as ações institucionais dos diferentes países têm contribuído não só para um aumento quantitativo da instrução entre sua população, mas também para melhorar a educação de todos.

Para responder a essa questão, o estudo apresentará os diversos enfoques de qualidade presentes nos EUA, na Europa, no Japão, na experiência comunista e nos países em desenvolvimento.

Ao contextualizar o problema no âmbito mundial, o autor lembrará que a idéia de qualidade da educação surge nos anos 20. Após a Segunda Guerra Mundial, esta idéia se oporá à tendência que considerava que os problemas básicos da educação eram apenas de caráter quantitativo. Essa questão será retomada no debate educacional das últimas décadas em diferentes lugares do mundo, especialmente a partir de 1970, com o auge das reformas educacionais.

A dissertação sobre o enfoque norte-americano de qualidade em educação tomou como base as informações e considerações fornecidas, principalmente, por dois documentos: um deles apresentado pelos EUA, em 1971, na Conferência Internacional de Educação, e outro elaborado pela National Commission on Excellence, em 1983. No primeiro informe, reconhecem-se falhas importantes no sistema educacional do país e propõem-se as seguintes estratégias para resolvê-las: oportunidades educativas institucionais compatíveis com o trabalho durante toda a vida e renovação das experiências educativas para resolver o problema do anacronismo do currículo na escola secundaria, além de algumas medidas concretas de ação. No segundo informe, a idéia central de qualidade muda e passa a ser a educação para a excelência.

O autor parte da análise do conteúdo desses informes para avaliar até que ponto os EUA conseguiram alcançar as metas qualitativas em matéria de educação. Para tanto utiliza-se também de dados sócio-econômicos ligados ao desenvolvimento do país nos últimos vinte anos, fornecidos por Brown e Comola no livro *Educating for Excellence: Improving Quality and Productivity in the 90's*, e de sua crítica ao sistema educacional contemporâneo.

García Garrido, ainda que crítico da ótica economicista desses autores, compartilha com eles a importância que outorgam à contribuição de uma família unida e orientada à educação de seus filhos, à seleção e formação dos professores e à educação moral, enquanto aspectos-chave da qualidade da educação. Sugere que a situação norte-americana descrita não difere muito de outros países desenvolvidos e cita o exemplo de vários países europeus. Entretanto, a análise de dados sócio-econômicos do Japão possibilita compreender o melhor rendimento dos alunos japoneses em relação aos alunos dos países ocidentais, reforçando as conclusões das pesquisas norte-americanas que indicam os aspectos antes enunciados como elementos fundamentais da qualidade educacional.

No caso da experiência da educação comunista, o prof. García Garrido questiona suas conquistas qualitativas devido ao fracasso do regime. O autor chega, inclusive, a duvidar dessas realizações educativas e denunciá-las como uma "propaganda bem orquestrada" do próprio regime, que encontrou crédulos intelectuais e educadores de diferentes tendências ideológicas que acreditaram que os sistemas educacionais implantados nos países comunistas eram superiores, em qualidade, aos do mundo capitalista.

Diz o autor: "Es verdad que las universidades soviéticas y de otros países de Europa producían buenos profesionales. Pero está claro que no parece haber servido esto para proporcionar a dichos países, no ya un enriquecimiento economico semejante al de otros paises occidentales, sino ni si quiera una situación de modesto bienestar."

Assim, o autor mostra a impossibilidade de a educação comunista cumprir com um de seus objetivos principais, que é oferecer um "ensino de produção". Também foi questionado no estudo seu propósito de formar um "homem novo, o comunista convencido e consciente". Segundo o autor, é fácil observar a falta de convicções comunistas no mundo todo, inclusive entre os dirigentes do Partido e entre seus intelectuais.

Finalmente, García Garrido analisa a qualidade da educação nos países em desenvolvimento. Segundo ele, nesses países está sempre presente a preocupação com os aspectos qualitativos do sistema educacional, mesmo que nos últimos anos, como os dados de diferentes pesquisas têm demonstrado, sua educação tenha-se deteriorado. É natural, afirma o autor, que, devido a seus escassos recursos, esses países possam apenas aspirar, no momento, um rendimento institucional compatível com o esforço necessário para criá-los e sustentá-los.

Nesse contexto, é chamada a atenção do leitor para a ajuda internacional que os países em desenvolvimento têm recebido nos últimos anos, permitindo pôr em prática várias medidas para melhorar a educação, e são tomadas como base para o estudo da qualidade do sistema educacional desses países as avaliações que alguns organismos internacionais realizam periodicamente.

Entre as conclusões extraídas da análise comparativa, o autor destaca as seguintes: primeiro, a qualidade da educação continua sendo uma aspiração comum a todos os países, sejam eles pobres ou ricos; segundo, são poucos os países que discutem os rumos que deveria tomar uma educação de qualidade e pouquíssimos — ou talvez nenhum — os países que encontraram uma resposta para essa questão, ainda que provisória.

A formação do professorado do ensino primário e secundário. No terceiro capítulo, o prof. García Garrido apresenta primeiramente uma visão geral da evolução histórica das instituições de formação do professorado, principalmente nas últimas décadas — na França, Alemanha, nos EUA, na Inglaterra, Espanha, ex-URSS, em algumas regiões da América Latina, na África —, e das reflexões dos organismos internacionais. Posteriormente, o autor fará considerações gerais sobre as tendências atuais da formação do professorado. E, por último, encontraremos algumas reflexões prospectivas sobre a formação docente no mundo.

A formação dos professores é uma temática árdua e complexa desde o nascimento dos sistemas públicos de educação, no fim do século XVIII. E, nos dias de hoje — afirma o autor —, é cada vez mais difícil imaginar qualquer melhoria dos sistemas educativos que não seja acompanhada por uma melhoria da formação dos educadores.

Um dos momentos mais significativos no desenvolvimento da formação do professorado primário foi a sua aproximação à universidade e a crise das escolas européias e americanas. As

instituições de ensino superior norte-americanas foram, no final do século passado, as primeiras a demostrar interesse na formação de professores primários. Até então, a universidade preocupara-se somente com a formação do professorado do colégio secundário e limitara-se ao ensino de conteúdos de formação geral e à especialização científica. Isso a diferenciava das escolas normais, que no currículo vinham privilegiando a formação pedagógica dos professores de ensino primário. As principais conseqüências da evolução institucional, sinalizadas no estudo, foram a inclusão dos aspectos pedagógicos e do conteúdo científico especializado em ambos os currículos, e a redução das diferenças de formação existentes — e logo de *status* sócio-econômico — entre professores da escola primária e do colégio secundário.

O autor lembra, também, a atuação dos organismos internacionais na formação do professorado, tanto na teoria como na prática. Como exemplo, García Garrido traz para sua análise as reflexões teóricas que aparecem em alguns documentos elaborados, em décadas diferentes, por várias dessas organizações.

A exposição panorâmica sobre a evolução do professorado primário e as tendências contemporâneas na Europa, nos EUA e na ex-URSS mostra que a estruturação e organização da formação docente nesses países é bastante similar. A única distinção importante se encontra nos programas e conteúdos das instituições soviéticas, onde se evidencia a preocupação de possibilitar uma formação adequada ao futuro formador do homem novo. De qualquer maneira, parece não se encontrar realizações nesse sentido.

O futuro e a melhoria da formação do professorado dependeriam, segundo o autor espanhol, de duas questões fundamentais: a necessidade de transcender o nacional e os problemas educativos próprios do país na formação do professor e a redefinição do profissionalismo docente, não só pela sua capacidade de produzir conhecimentos e habilidades mas, principalmente, considerando a suas dimensões morais.

Educação e emprego. O quarto capítulo da obra examina a relação educação/emprego por meio do estudo comparativo das iniciativas de formação profissional nos países industrializados.

O prof. García Garrido escolhe o termo emprego no lugar de trabalho porque seu propósito é centrar-se na análise das tendências de institucionalização da formação profissional numa atividade específica, sem se referir ao sentido educativo que, no âmbito da formação para o trabalho, pode e deve ter a formação geral.

Para sua análise, García Garrido toma como base o estudo da evolução do tema em questão e das experiências nos cinco países ocidentais com maior índice de industrialização: França, Alemanha, Reino Unido, EUA e Japão.

Essa escolha metodológica exclui as experiências de formação profissional e de pleno emprego dos países comunistas porque, segundo o autor, ainda que durante muito tempo tenham produzido bastante interesse entre os profissionais da área, nas últimas décadas esses países vêm sofrendo a derrocada teórica e prática da sua filosofia, encontram-se, inclusive, numa situação sócio-econômica em que prevalece o desemprego, situação essa que representa uma das principais ameaças do panorama atual.

O autor parte do pressuposto de que o problema do emprego é um dos desafios mais importantes dos sistemas educacionais, nas últimas décadas, no mundo todo. A formação profissional constitui, segundo ele, uma dimensão essencial do processo educacional, mas não por isso deve estar orientada a eliminar o desemprego. O objetivo da educação deve ser promover o emprego, um emprego que seja digno da natureza do homem e da sociedade.

A análise dos cinco países mostra que a trajetória da formação profissional nos países europeus e nos EUA é bastante diferente, devido, principalmente, à estrutura classista que acompanha, desde suas origens, a maioria dos sistemas educacionais na Europa, enquanto que o sistema de educação norte-americano foi construído na base de uma concepção unitária da escolaridade. Entre os países europeus, um caso que merece especial atenção é a Alemanha, porque, à diferença de outros países industrializados, conserva bem delimitados os distintos tipos de ensino secundário, sendo por isso possível afirmar-se que possui o sistema educacional mais classista do continente.

O caso do Japão, com seu alto grau de industrialização e sua agressividade comercial nos mercados internacionais, desperta bastante interesse entre os demais países industrializados. À diferença do que se pode imaginar, a formação profissional japonesa não constitui uma área especialmente importante para a política educacional do país, nem tão desenvolvida como em outros países industrializados.

Uma constatação do estudo que mais chama a atenção do autor é a dificuldade da educação no sentido geral e, nesse caso, da formação profissional de evoluir ao ritmo das

mudanças no mundo do trabalho. Existem evidências de que, segundo o prof. García Garrido, a formação profissional não acompanha o ritmo das mudanças do emprego porque são elas as que influenciam na estrutura, organização e conteúdo da formação profissional, e por isso não se traduzem em novas ações até passado bastante tempo, quando, seguramente, o mundo do trabalho já é diferente.

O futuro dos sistemas educacionais. O último capítulo está dedicado à análise das mudanças que, segundo o autor da obra, delineiam-se, neste fim de século, entre os sistemas educacionais.

García Garrido afirma que as posturas ideológicas que outrora serviram de base para o desenvolvimento de gigantescos sistemas públicos de educação — como o nacionalismo, o otimismo pedagógico e o desenvolvimentismo — estão desmoronando. Torna-se assim necessária uma mudança de rumo de nossa sociedade, já que os modelos atuais satisfazem cada vez menos a humanidade, farta de problemas e faminta de soluções.

A partir dessas considerações gerais, o autor esboça uma série de mudanças desejáveis nos sistemas educativos. Em primeiro lugar, García Garrido se refere a "mudanças de raiz", que, segundo ele, são as mais urgentes, para logo passar a descrever as mudanças de estrutura e de função.

Entre as mudanças de raiz, encontra-se a necessidade de que os sistemas educacionais venham a se configurar como sistemas de vocação planetária e de forte identidade regional, como sistemas que aglutinem todos os fatores e elementos sócio-educacionais e como sistemas presididos pelo objetivo básico de elevação cultural e moral dos povos.

Dessa forma, a nova estrutura que se venha a propor deverá estar aberta aos projetos educativos dos indivíduos, grupos e comunidades, e ser regionalizada, permitindo a presença das diferentes realidades convivendo em harmonia. Também terá de promover a participação de todos os membros da comunidade no trabalho educativo e incitar a auto-avaliação educativa, no âmbito da cultura e da moralidade.

As mudanças funcionais desejáveis nos sistemas educacionais são difíceis de enunciar, do mesmo modo que as outras mudanças já descritas, explica o autor, tendo em vista que as funções do sistema educacional são a conseqüência de uma complexa trama de causas que estão estreitamente vinculadas aos traços fundamentais da estrutura dos sistemas educacionais, mas dependem, também, de outros fatores externos ao sistema educativo. Não obstante, o autor enuncia algumas funções que, a seu ver, deveriam ser exigidas, no futuro, dos sistemas educativos: autocontrole, auto-avaliação e permanente revisão de seus próprios efeitos educativos.

Para finalizar, García Garrido dá um novo passo nas suas propostas e coloca a necessidade de se caminhar, ainda que lentamente, para um sistema educacional universal, o qual define da seguinte maneira: "Un sistema educativo universal tendría que basarse fundamentalmente en la libertad, autonomía y creatividad de personas, grupos e instituciones. Un sistema educativo universal no tendría por qué ser una máquina pesada, complicada y costosa, sino un esfuerzo colectivo de cohesión, respetuosa de las múltiples y ricas diversidades existentes en el ámbito del ser y del quehacer culturales".

Ao longo dos cinco estudos, o autor vai deixando perceber que existe uma crescente internacionalização dos problemas educativos e que suas soluções também deverão ser buscadas de modo global. Essa tendência à integralização sinaliza para o próximo milênio uma série de desafios educacionais, que obrigariam os estudiosos e políticos a modificar seu "mapa cognitivo". Ou seja, segundo o prof. García Garrido, as possibilidades de projetar políticas educacionais, neste quadro dos novos desafios, implicaria a compreensão das experiências nos diferentes lugares do mundo.

Juntamente com a procura de uma proposta educacional internacionalista, destaca-se no livro a necessidade de recuperar os valores culturais locais e o papel da família na educação moral, como os aspectos essenciais do processo de socialização da criança.

Nesse contexto, as instituições particulares de ensino aparecem, em várias situações diferentes, como aquele setor mais dinâmico e capaz de se contrapor às limitações da postura nacionalista e da burocratização de muitos dos sistemas educacionais, ajudando a eficiência dos mesmos.

As conclusões que o autor chega em cada uma das questões abordadas e os desafios que, segundo ele, a educação no mundo terá de enfrentar no século XXI mostram bastante empatia com as análises e recomendações elaboradas pelos organismos internacionais para o próximo milênio, que vêm inspirando atualmente as reformas educacionais de vários países do mundo.

Há cerca de duas décadas, o debate educacional na América Latina entre os pesquisadores

independentes, políticos e nos organismos internacionais, como UNESCO, CEPAL e PNUD, denunciava a preocupação pelo caráter discriminador do ensino público. Assim, em muitos trabalhos de investigação e análise, a pesquisa foi centralizada na busca do entendimento das origens e mecanismos dessa discriminação, pretendendo assim amparar as propostas a favor de um ensino público mais eqüitativo.

O fim do século volta a encontrar os organismos internacionais e muitos pesquisadores da área preocupados em diagnosticar a realidade educacional e propor alternativas de transformação. Mas, hoje, o enfoque de interesse é radicalmente diferente. A lógica economicista a partir da qual vem sendo construída a leitura da realidade educacional coloca a descentralização e a instrumentalização do ensino como os pilares da nova tendência na política educacional, no quadro da melhoria da qualidade e eficiência da educação.

Nesse contexto, o enfoque de análise dos assuntos levantados em *Problemas mundiales de la educación* parece estar mais próximo da necessidade de fornecer um conjunto de informações para a definição e legitimação de políticas educacionais específicas do que para o avanço do conhecimento comparado*. Assim, algumas experiências aparecem como "modelo", enquanto outras são tiradas de cena por falta de legitimidade.

A proposta do livro *Problemas mundiales de la educación,* ao abranger tantos temas importantes, é, sem dúvida, bastante ambiciosa. No entanto, ainda que ofereça informações interessantes sobre os sistemas educativos no mundo, não nos permite conhecer a complexidade de seus processos de desenvolvimento nem sua especificidade.

Nora Krawczyk
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

* Essa orientação da pesquisa comparada foi evidenciada, também, num estudo sobre o estado da pesquisa comparada durante os anos 60 e 70. Citado em Miguel A. Pereyra, "La comparación, una empresa razonada de análisis. Por otros usos de la comparación", *Revista de Educación,* número especial, Espanha, Ministerio de Educación y Ciencia, 1990.

Louann A. Bierlein. *Controversial Issues on Educational Policy.* Newbary Park: Sage, 1993.

Este livro faz parte da coleção *Controversial Issues on Public Policy,* voltada não para os especialistas de cada área mas sim para o público em geral. A proposta da autora é apresentar e discutir, de forma clara, as principais questões que têm permeado o debate educacional nos EUA.

O texto procura ser, acima de tudo, informativo e simples, sem ser simplista. Não há dúvida de que um livro como esse só poderia surgir em um país em que a política educacional é matéria de interesse da sociedade como um todo e em que a discussão democrática das propostas existentes se dá nos mais diversos âmbitos e com a participação dos envolvidos.

É interessante observar que, lá como cá, há uma intensa sensação de que vivemos um momento no qual há necessidade de profundas reformulações na educação. E que, também lá como cá, ao mesmo tempo em que há fortes pressões por reestruturação do sistema educativo — oriundas principalmente de setores empresariais —, há pouca clareza de como se deve dar, em termos pedagógicos, essa reestruturação, ainda que o sentido geral do que se propõe diga sempre respeito à adaptação do sistema educativo às novas tendências da produção.

Mas, se é verdade que, como nos EUA, vivemos no Brasil uma realidade de pressão por mudanças, a leitura desse livro nos alerta para a existência de uma diferença essencial entre ambos os países: a forma como essas pressões (que não deixam de ser legítimas) são apresentadas.

Enquanto nos EUA as pressões são incorporadas num processo de negociação democrática — no qual, como veremos, a atuação dos pais de alunos acaba sendo preponderante —, no Brasil elas têm aparecido como exigências inexoráveis da "modernidade", apresentadas especialmente por meio do "ideário pedagógico" do Banco Mundial.

Mas deixemos esssas questões para serem retomadas ao final desta resenha e vamos ao conteúdo do livro. A autora começa por pontuar algumas características do sistema educacional norte-americano, como o seu caráter descentralizado, remetendo-as à história desse sistema. Vale a pena reproduzir alguns dados.

Nos EUA, em 1860, 50% das crianças já concluíam a *elementary school* (seis anos). Em 1941, 50% dos jovens concluíam os doze anos de escolaridade básica e média. Em 1970, mais de 75% concluíam esses doze anos (K-12).

Aproximadamente 46 milhões de alunos se encontram no K-12; o investimento nesses alunos é de mais de US$ 215 bilhões (4,1% do PNB).

A autora apresenta quatro valores básicos que têm sido diferentemente enfatizados pelos diversos grupos envolvidos e pelas diversas correntes políticas: